

O CORUMBÄENSE

ÓRGÃO DOS INTERESSES DO COMMERÇIO, DA LAVOURA E DA INSTRUÇÃO POPULAR.
LITERARIO E NOTICIOSO.

Propriedade de uma associação anonyma.

Publica-se duas vezes por semana

Editor—J. A. Ferreira da Cunha

Condições de assinatura: Para Corumbá—por anno 14\$000; por semestre 7\$000. Para o exterior—
por anno 13\$000; por semestre 6\$000. Número aviso 160 rs. Pagamento adiantado.

Anno II Cidade de Corumbá, (Província de Matto-Grosso) 18 de Maio de 1881. N.º 86

O Corumbense

Corumbá, 18 de Maio de 1881.

É tempo de fazer-se um estudo calmo e reflexido das causas que se tem opposto ao desenvolvimento e progresso do nosso comércio, agricultura e indústria; as verdadeiras fontes da riqueza pública.

É tanto mais urgente se torna esse estudo, quanto é certo que, em vez de acompanharem o movimento do progresso geral, vãs esses elementos do engrangecimento decahindo de um modo sensível, que autoriza o risco de seu aniquilamento!

Sem indústria e sem agricultura que produza ao menos o indispensável para a sua população, vive esta província na dependência completa da importação de gêneros de 1.ª necessidade, que lhe são fornecidos pelo estrangeiro e por outras províncias do Império.

A lavoura é nula, pela impossibilidade de viver sobre carregada de impostos, além das dificuldades insuperáveis da falta de meios de comunicação e de transporte, que aniquilla todos os esforços.

O estabelecimento de qualquer indústria é aqui impossível, pela carência dos meios de subsistência, que obriga a elevação dos preços da mão d'obra e assim inutiliza quaisquer vantagens que possa oferecer a existência e fácil obtenção da matéria prima.

Cada dia se vão tornando mais sensíveis à população, as dificuldades que se creão à sua subsistência; o augeamento crescente e já exagerado dos preços dos gêneros de 1.ª necessidade, como que vai enervando as forças da população e produzindo a inércia, significativa da descrença que resulta da impossibilidade de lutar com

tantos e tão fortes elementos contrários.

Todas estas causas deverão influir no animo dos legisladores da província, para que os levassê a estudar os meios de fazer cessar tão intolleráveis circunstâncias.

O sistema até aqui seguido, de atender somente às vantagens que possam resultar aos cofres provinciais, da criação de impostos sobre impostos, sem nexo e sem método, deve desaparecer para sempre, dando lugar às medidas aconselhadas pela apreciação e estado das difíceis condições em que se acha a província, atinentes à fazer desaparecer as causas, que originam tais dificuldades.

A's assembléus provinciais estão cometidas a importissíma missão de iniciar e levar a effeito os melhoramentos morais e materiais das províncias; cabendo-lhes pois o dever de ocupar-se do estudo dos meios de obter esse resultado, empregando todo o esforço que lhes incumbe e prioritismo, e só o patriotismo.

A criação de impostos é negocio de summa importância, porque d'abriu sempre os tropeços opostos ao desenvolvimento progressivo das verdadeiras fontes da riqueza pública.

Todas as nossas reformas se ressentem da falta de estudo methodico e por isso são sempre incompletas, e desacompanhadas dos modelos de exequibilidade e utilidade publica; o que lhes tira a facilidade de produzir os fructos que d'ellas se deviam esperar.

Quem estuda a marcha do nosso sistema de arrecadação, não pode deixar de ver a falta de método e mesmo a incohorencia que existe no estabelecimento de impostos, observando que a maior parte d'elles é vexatoria e sobretudo, que à criação de cada um, não tem correspondido

um fim util e tendente a facilitar o desenvolvimento das fontes produtivas.

Desde que não se exercer uma analyse detalhada dos factos económicos, não se poderá conhecer quais os tributos a impor sem opressão do povo.

O imposto deve ser racional e moderado, que de forma alguma enerve a industria e o trabalho, e finalmente, que não exceda os limites do necessário.

E porventura se torço respeitado todas estas condições, na criação de impostos, n'esta província?

Onde o estudo? Onde o método?

Eu vez de crear facilidade, a nossa assembleia provincial parece estadar os meios de difficultar; se não mutar o estabelecimento e progresso da industria, comércio e agricultura, na província, estendendo — exclusivamente — á conveniencia de crear recursos pecuniários para serem despendidos, em repartigões públicas, ou outras creaçoes, cuja existencia bem poderia ser adiada para oculhas mais felizes.

A nossa assembleia provincial conhece, ou deve ao menos conhecer, que a produçao de gêneros de primeira e vital necessidade, na província, é, absolutamente insuficiente e, que portanto, é indispensável a importação d'esses gêneros, de modo a evitar que assumam os preços tais que difficultem a vida da população.

Pois bem; em vez de facilitar os meios, tem ella seguido o sistema de aggravar essas circunstâncias, criando impostos e mais impostos, sem attender que não é sobre os importadores de taes gêneros, que cabe esse onus, mas, sobre os consumidores, que os obtém por preços elevadíssimos.

A falta de estudo e de método tem sido tal que nem mesmo se tem

atendido no limite constitucional das atribuições conferidas às assembleias provinciais?

A lei de 12 de Agosto de 1834, que se denomina — Acto adicional —, em seu art. 12º declarou mui expressamente que: — As assembleias provinciais não poderão legislar sobre os impostos de importação &c; entretanto ali temos os que peço sobre o assaré e café, importados de outras províncias do Império!..

Em que princípio de economia política se estabeleu a assembleia provincial, para exercer esses produtos de outras províncias do Império, quando nem mesmo lhe era lícito fiscalizar os gêneros similares, importados de estrangeiro?

Que calculo económico presidiu a essa resolução da assembleia?

Confessamos francamente que não o compreendemos.

Apenas vemos em semelhante solução, a consequência lamentável da falta de estudo e de método, prestando-se à conveniência de abrir *aberto*, uma fonte de recursos pecuniários.

A nosso ver, é esse um sistema especial, que só pode produzir agravio dos males que resultam das causas determinantes do atraso da nossa agricultura e indústria, e nada mais.

Assim procedendo, a assembleia provincial, parece se com o medico que, chamado para socorrer um homem que estivesse a morrer de sede, lhe prescrevesse a obstinacia completa da água!

O facto incontestável, que as dificuldades opostas ao desenvolvimento do comércio e indústria, são causas produtoras de atraso e paralisação de todos os elementos de progresso material de um país, que por seu turno, produzem também o desânimo e a inércia, que influem poderosamente sobre o progresso moral.

Lamentando a necessidade de escrever estas linhas, esperamos que a assembleia provincial reconsidera esse seu acto e faça desaparecer da coleção de suas resoluções essa ofensa palpável às prescrições constitucionais, e que tantos males estejam produzindo.

A falta de espaço nos obriga a limitar o que fico dito, as considerações que militam contra o sistema seguido na criação de impostos provinciais; o que enfrentamo procuraremos fazer em outros artigos.

SEGURANÇA INDIVIDUAL.

A guarda de paisanos, organizada pelo Sr. João Antônio Rodrigues, Delegado de Polícia em exercício, vai produzindo os frutos que d'ella se esperava. Composta da flor da gente, de homens sem Deos nem lei, de tudo quanto se pode intitular "fuzes da sociedade", essa polícia serve exxauris, em vez de preencher a missão de que foi incumbida, tem-se tornado celebre polo abuso, por trepaldiços de toda espécie, publicamente praticados contra transeuntes e cidadãos pacíficos d'esta cidade. Ia' não se pode contar com segurança individual, e estanços, infelizmente, nas condições de um poder se transitáre pela ruas, para não ser agredido, espancado, assassinado, pelos esbirros policiais

do Sr. Capitão Rodrigues e segundo nos informa está a falhar o estrangulador Luiz Calsete, vítima do barbáro e atroz espancamento que sofreu por parte do celebre polícia do Sr. Delegado, que, sob frívolo pretexto, quebrou os ossos d'esse infeliz. Que providências se tomou? Nenhuma, que nos conste. O abuso continua e continuará até que o povo engane, se resolve a desfoder-se por suas próprias mãos. É lamentável este estado de coisas, e parece incrível que dentro de uma cidade como Corumbá, se deem acontecimentos como esse que acabamos de referir. Não é tudo ainda. No dia 15 do corrente a polícia especial do Sr. Delegado prendeu e recolheu a cadeia o cidadão José Peres de Moraes, que pacificamente seguia seu caminho para o Ládio, porque conduzia uma foice a cintura, eis' se conservou elle recolhido, atormentado despeito de reclamações do respectivo patrão, recusandose o empregado a cumprir a ordem de soltura, por queridora não tem dinheiro para pagar a carceragem, e porque o Sr. Delegado de Polícia também entende que qualquer cidadão, preso com motivo ou sem elle, deve pagar o aluguel forgado de \$500 réis. Que crime commeteu José Peres de Moraes para ser preso?

Nenhum. Não tem isto autorizar o carcereiro a fazer recorrer o maior numero possível de cidadãos, para obter \$500 réis de cada um a título de carceragem? Quem poderá impedir o abuso, se o Sr. Delegado, em lugar de punir aos seus subordinados pelas violências que vão praticando, secundá a estes no meio imaginando para extorquir o dinheiro alheio a título de carceragem? O § 1º do art. 13 da Reforma judicial, proíbe que o carcereiro receba prezos sem-ordem, por escrito da autoridade.

Entre nós nenhumas applicação se dá a essa salutar disposição de lei, e o cidadão vê-se a mercê de uma tropa de milicianos, que vão introduzindo a jus-

tigo do cacete, conforme acabamos de referir.

Pedimos providencias ao Dr. Juiz de Direito da Comarca.

Noticiarific.

NA NOITE de 15 do corrente pelas 8 1/2 horas, deu-se um grande espancamento no italiano Luigi Calcote, praticado por 2 indivíduos de nomes Irapes e Olympio, no interior da venda do Marcos Scavagno, à rua de Lameiras.

Consta-nos ter tido origem, o facto de apparecer na dita venda, o italiano, com um ferio de cavar pedras, e por isso, haver Lopes lhe intimado prazo.

Neste caso, os policiais voluntários do Sr. Capitão Rodrigues e segundo nos informa está a falhar o estrangulador Luiz Calsete, vítima do barbáro e atroz espancamento que sofreu por parte do celebre polícia do Sr. Delegado, que, sob frívolo pretexto, quebrou os ossos d'esse infeliz. Que providências se tomou? Nenhuma, que nos conste. O abuso continua e continuará até que o povo engane, se resolve a desfoder-se por suas próprias mãos. É lamentável este estado de coisas, e parece incrível que dentro de uma cidade como Corumbá, se deem acontecimentos como esse que acabamos de referir. Não é tudo ainda. No dia 15 do corrente a polícia especial do Sr. Delegado prendeu e recolheu a cadeia o cidadão José Peres de Moraes, que pacificamente seguia seu caminho para o Ládio, porque conduzia uma foice a cintura, eis' se conservou elle recolhido, atormentado despeito de reclamações do respectivo patrão, recusandose o empregado a cumprir a ordem de soltura, por queridora não tem dinheiro para pagar a carceragem, e porque o Sr. Delegado de Polícia também entende que qualquer cidadão, preso com motivo ou sem elle, deve pagar o aluguel forgado de \$500 réis. Que crime commeteu José Peres de Moraes para ser preso?

Nenhum. Não tem isto autorizar o carcereiro a fazer recorrer o maior numero possível de cidadãos, para obter \$500 réis de cada um a título de carceragem? Quem poderá impedir o abuso, se o Sr. Delegado, em lugar de punir aos seus subordinados pelas violências que vão praticando, secundá a estes no meio imaginando para extorquir o dinheiro alheio a título de carceragem? O § 1º do art. 13 da Reforma judicial, proíbe que o carcereiro receba prezos sem-ordem, por escrito da autoridade.

HABEAS-CORPUS.—Pelo Dr. Juiz de Direito da comarca, foi concedida ordem de HABEAS-CORPUS, ex-officio a Antonio Lucio Roberto, conhecido por Antonio Seldão, que se achava preso na cadeia desta cidade a disposição do Delegado de Polícia, havia mais de dois meses, em consequencia do requisito do Chefe da Polícia da Província, feita no anno de 1873, visto que, sendo comunicada a prisão ao actual Chefe da Polícia, nenhuma solução deu até o presente, e por consequinte, sofreria o paciente constrangimento illegal.

Foi um acto de reconhecida justiça, que faz honra ao Sr. Dr. Ramos Ferreira.

VAPORES.—No dia 14 ancoraram neste porto os vapores nacionais "Inca", procedente de Buenos Ayres, com encargamento destinado para a charqueada do Desenvolvido, e para Bolivia, e "Novo Triunfo" procedente da Assumpção.

O primeiro seguiu hontem à seu destino levando á bordo o oficial de des-
carga da alfândega festejo porto, João
Baptista Pulcherio; e o segundo segue
hoje ás 8 horas da manhã para S. Luiz
de Caceres.

Na tarde do mesmo dia seguiu para
Buenos Ayres com escala pelos portos
intermediários, o vapor argentino "Rio
Gualeguay".

NADA VALEO, o fosso mandado
abrir no centro da rua Delamare, pelo
actual presidente da camara municipal,
que instilmente gastou o dinheiro pu-
blico, com jornaes a trabalhadores, sem
verba e autorização legal. Isto justifi-
ca a pequena chuva que caiu na tarde
de sábado, cuja agua estagnada no la-
gar onde se levantou a pequena muralha
que tapou o escadório natural ali
existente, conforme noticiamos no nu-
mero passado por pouco não inundou
as casas circunvizinhas, chegando mes-
mo a entrar na botica do Sr. Evaristo
de O. Caldas, que viu-se em apuros pa-
ra salvar os objectos que estavam so-
bre o chão.

Sé a chuva fosse torrenciais como as
que costumam cair, e durante a noite,
haveria serios prejuízos.

O actual Sr. presidente da camara, é
verdadeiramente um homem de fino e
perspicácia, deixando entalhar a rua na
parte mais culminante n'um extremo,
consintindo tapar o unico erugo, e
mandando abrir fosso n'outro extremo:
conseguido com todos estes melhora-
mentos que a rua se tornasse intransi-
tável aos carros com o atoleiro forma-
do pelo monte da terra solta, pela la-
goa que ocupou grande extensão da
rua e pelo fosso que a tornou barran-
cosa.

Segundo os musicos, o tempo é que
da valor, a's figuras, deixemos pois o
que é de tempo ao tempo.

**AO SENHOR Delegado de poli-
cia**, foi dirigido o seguinte oficio, pelo
Sr. Dr. Juiz de Direito da comarca, em
resposta ao qual aquelle dirigiu-lhe em
data de 11, conforme noticiamos em
nossa numero passado:

Juiz de Direito da Comarca de San-
ta Cruz de Corumbá 12 de Maio de
1881.

Ilm. Senr.

Acessou o recebimento de seu oficio
de hontem datado, no qual consulta V.
S. se, havendo falta absoluta de força
publica para fazer a Policia desta ci-
idade, a' ponto de se fereem com o tido
alguns crimes sem que fossem presos
seus autores, podia V. S. appelando
para o patriotismo de seus antigos com-
panheiros de campanha, chamar os pa-
ra com os Inspectores de quartelaria,
policiar a cidade á noite; requisitando
V. S. para fazer esse serviço de dia, 4

pragas do 2.º batalhão de artilharia no
Commando da Fronteira ou; se esta au-
toridade não pudesse satisfazer sua re-
quisição, no Inspector do Arsenal de
Marinha do Ladario; e á elle respondi-

A polícia feita por paisanos tem
seus inconvenientes, e pôde mesmo dar
lugar ás alusões, se o pessoal emprega-
do não for de toda confiança; entretan-
to, as circumstancias em que nos en-
contramos por falta de força publica
só nos precaria, e a necessidade de
garantir a segurança individual e de
propriedade tão apremiante, que julgo
preferivel sujeitarmos-nos ás a-
quelleas inconvenientes, que aliás se po-
dem evitar empregando somente perso-
as de inteira confiança, a' deixar a se-
gurança individual e de propriedade a
meres dos malfiteiros.

E louvável pois a resolução tomada
por V. S., creio que pode pola cm
pratica; convém porém que faça ver
nos cidadãos que quizerem auxiliar o
nosso serviço, que por esse facto não
sejam revestidos de todas as atribui-
ções policiais, mas somente de algumas
que, em certos casos já tem qualquer
cidadão, como por exemplo prender no
caso de flagrante delito, evitar que se
cometam crimes, conduzir á estação
policial o que for suspeito de ser crimi-
noso, etc.; devendo porém quaisquer
outros actos policiais, como por exem-
plo: intimar para a dissolução de ejun-
tamentos ilicitos, fazer, fechar qual-
quer estabelecimento que estiver aber-
to fora das horas determinadas pela lei
municipal, etc., ser feitos pelos Inspec-
tores de quartelaria. Nestas condições
creio, como já disse, que sera' conve-
niente por cm pratica a medida que
tem em vista.

Deus Guardé a V. S.

Ilm. Sr. Capitao Jose Antonio Ro-
drigues D. Delegado de Policia do
Termo

O Juiz de Direito

José Joaquim Rumos Ferreira.

Confiamos que o Sr. Delegado, em-
pregue no serviço da polícia, segundo
o seu alvite, o melhor pessoal possível,
afim de evitar os inconvenientes previ-
stos pelo Sr. Dr. Juiz de Direito, e mais
uma vez chamamos a atenção do auto-
ridade competente para o estado anor-
mal em que nos achamos.

A PRIMEIRA grande loteria da
Corte, correrá no dia 30 de Julho pro-
ximo, ja' designado, segundo comu-
nicam-nos uns amigos do Rio de Janeiro.

CURA DO BERI-BERI— Escreve-
remos no «Jornal do Recife» o segu-
inte:

«Oferecemos á atenção dos leito-
res deste jornal o seguinte artigo
transcripto do «Díario da Bahia». A

notícia que nello se encontra muito
pôde interessar aos que tenham a in-
felicidade de ser assaltados pelo ter-
ribel beri beri.

O proprietario do estabelecimento
electro hydropathico de que trata-se,
é o illustrado conselheiro Souto, len-
te jubilado da Faculdade de Medici-
na da Bahia, e uma das notabilidades
medicas do paiz, como é geralmente
reconhecido.

Além de sua alta capacidade pro-
fissional é um cavalheiro de finissimo
trato, alma generosa, desinteressada
e caritativa.

*Cura do beri beri pelos banhos galva-
nicos e douches frios.*

Afacado de beri-beri de marcha
galopante, em o mcz de Dezembro
proxime passado, mandei chamar o
meu illustre collega conselheiro Dr.
Souto para uma consulta, e elle, logo
ao avistar-me, comprehendeu a gra-
vidade da molestia, e sem pôr de
tempo levou-me a tomar os banhos
galvanicos, seguidos de douches frios,
duas vezes no dia, no seu acreditado
estabelecimento electro hydropathico,
vizinho á casa de minha reside-
cia.

O meu estado era tal que, para ir
aos banhos, era preciso ser seguro
por duas pessoas, e o mesmo aconte-
cia para entrar ou sahir do banheiro.

Depois do terceiro ou quarto ba-
nho, comecei a sentir melhora no
movimento das pernas, e mesmo no
meu estado geral; melhora que, de
dia em dia, foi se augmentando, até
que, no fim dos trinta banhos, já ca-
minhava só, descia e subia os degraus
da escada sem auxilio de outra
pessoa, restando me hoje somente
alguma inchação das pernas, e certos
inconmodos gastro-intestinaes, que
com a mudança de ares terão de
desaparecer.

Trazendo este facto ao publico, te-
nho em vista não só manifestar ao
distinto clinico a minha indelevel
gratidão pela dedicagão que teve pa-
ra comigo durante a minha moles-
tia, e isto de um modo todo desinte-
ressado, o que sobremainha hora o
seu nobre caracter, como tambem
lembrai aos que, por infelicidade,
sofram tão terrivel mal, este profi-
cuo tratamento, evitando-se assim os
sacrificios de longas e dispendiosas
viagens para a Europa ou para o sul
do Imperio. Bahia, 10 de Fevereiro
de 1881.—Dr. José Coelho Moreira
de Souza.

A OFFENSA FEITA AO INCA.
—Lê-se no «Correio de Portugal»,
que se publica em Montevideo:

«Os nossos leitores tem conhecimento de um desacato feito pelo comandante do vapor de guerra argentino, «Avellaneda», ao vapor mercante brasileiro «Inca».

«O nosso correspondente nos escreve a ultima hora, dizendo-nos que: — o senhor Barão de Gondim reclamou energicamente sobre semelhante atentado, sendo *incontinenti*, processado o capitão do «Avellaneda», resultando do sumário, que é culpável o referido capitão no injustificado atentado feito ao Inca.

Aggrega mais o nosso correspondente: — que o capitão do «Avellaneda» será destituído e que o governo argentino indemnizará ao proprietário do «Inca» dos danos e prejuízos que sejam justificados.»

CONTRA VENENO.— Do *Diário de Pernambuco*:

«Contra o virus venenoso da cobra, qualquer que seja sua espécie, a *Pimenta malagueta* é um remedio heróico.

Dá-se às pessoas mordidas pela seguinte fórmula:

Machucar-se uma mão cheia de pimentas malaguetas, dilacar-se-as na agua, e dár-se a beber ao doente, com cascas e sementes de envolta.

Outra porção igual é machucada e posta sobre a mordedura da cobra.

Repete-se o remedio duas ou três vezes com intervallo de duas ou tres horas, conforme a necessidade.

Algumas pessoas que tem testemunhado curas operadas com esse remedio, em individuos já muito prostrados pela ação do virus malestico, dizem que taes individuos, ao engulirem a beberagem, sentem logo um alívio immenso, dizendo depois que essa beberagem lhes parecia agua gelada. Tal é a escandescência produzida pelo veneno da cobra no organismo!»

UM INVENTOR DE 10 ANNOS.
—O «Diário de Belém» publicou o seguinte, no dia 10:

«Existe na cidade de Cameta um menino pobre, de 10 para 11 annos, que seca de construir uma machine para ser movida a vapor. O distinto sr. dr. Campos levou esse fato ao conhecimento do sr. presidente da província por meio da seguinte carta:

«Belém, 6 de Fevereiro de 1881.— Illm. e Exm. Sr. dr. José Coelho da G. e Abreu.—Na cidade de Cameta, onde acabo de estar por ordem de V. Ex. em

objecto do serviço público, fui informado por diversos pessoas, entre as quais o construtor das casas de marinha daquella cidade e o 1.º machinista do vapor «Trombeta», de que alli restava um menino de 10 para 11 annos de idade, pobre e natural da mesma cidade, com a mais decidida vocação para o estudo da mecanica.

Este menino, verdadeiro prodigo, sem ter noções do que seja máquina, nem vapor d'água, acaba, com assombrosa admiração de todos, de construir uma máquina, tendo para motor o vapor d'água, perfeita em todos os seus menores detalhes e que põe um helice em movimento.

Feita a máquina com o producto de uma insignificante subscrição, o autor instalou-a debaixo da copa de uma arvore, no quintal da casa em que mora, fazendo-o trabalhar em presença de diversas pessoas.

À V. Ex. distinto Paraense e delegado do governo imperial nsta província, amanta das letras e das artes, apresso-me a referir este facto, certo de que ha de conceder valiosa protecção para aproveitar o talento manifestado em tão verdes annos.

Com a maior consideração e estima, assigno-n-lhe. De V. Ex. collega e amigo obrigado.—Antonio Joaquim de Oliveira Campos.»

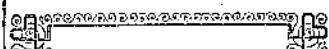
ANNUNCIOS



O abaixo assignado querendo retirar-se para a Europa, vende a sua chácara, com boa casa de morada, bom poco, e lindas plantações, como parreiras, figueiras, e um grande canavial. O comprador pode dirigir-se à mesma chácara, que achara com quem tratar.

Corumbá, 13 de Maio de 1881.

José Stabile.



J. A. Ferreira da Cunha, leciona particularmente o curso de escripturação mercantil e encarrega-se de escripturar os livros de qualquer casa comercial.

Para tratar à rua Delamare junto a magonaria.



AGUA ODONTALGICA

PIATA-CALLOS

Adigo-se à venda, estes excelentes medicamentos, no

Bazar Americano

Preço de cada vidro 2\$000.

Agente n'esta cidade

Luiz Augusto Esteves

Uma declaração

NECESSARIA

Estamos informados de que se tem vendido productos falsificados de extracto de figado de bacalhau, que usurpam o nome e as apparencias do VERDADEIRO VINHO DE EXTRACTO DE FIGADO DE BACALHAU DO Dr. VIVIEN, que é o unico aprovado pela academia de Medicina, e receitado por todos os medicos da Faculdade de Pariz.

O producto genuíno do Dr. VIVIEN é fabricado com muito esmero, e nunca pode fermentar, azedar ou soffrer qualquer outra alteração. Pe' o contrario as imitações e contrefações, que o Dr. Vivien já descobriu e submeteu aos tribunais competentes, fermentam, azedam, ferem, fazendo saltar as rolhas das garrafas ou quebrando os vidros.

Os Srs. medicos e enfermos devem ester pois de sobre-aviso assim de se preccaverem contra essas imitações grosseiras, e nocivas falsificações. Devem, pois, exigir rigorosamente no gargalo de cada uma das garrafas, a firma: Dr. VIVIEN, e, outro sim, consultar os nossos annuncios assim de verem quens os depositarios onde poderão encontrar o genuíno e verdadeiro VINHO DE EXTRACTO DE FIGADO DE BACALHAU DO Dr. VIVIEN, aprovado pela Academia de Medicina de Pariz.

Depósito geral em Pariz:

J. Batard, Morineau e Comp.
50 Boulevard de Strasbourg 50.

Typ. do —Corumbaense— rua
Barão de Aguapehy.